

AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR: REFLEXÕES SOBRE SISTEMAS PRODUTIVOS DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

AGRIBUSINESS AND FAMILY FARMING: REFLECTIONS ON THE PRODUCTIVE SYSTEMS OF THE BRAZILIAN AGRARIAN AREA

Erica Karnopp

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil

Victor da Silva Oliveira

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil

Resumo: Buscamos refletir sobre sistemas produtivos do espaço agrário brasileiro: o agronegócio e a agricultura familiar. A reflexão tem como fio condutor o modelo agrícola neoliberal, questionando se agronegócio e agricultura familiar são sinônimos ou se tratam de sistemas produtivos distintos. A reestruturação da economia mundial, as crises do sistema político internacional, as grandes ameaças ecológicas, assim como o surgimento de novas tecnologias de produção e de comunicação causam transformações profundas nas sociedades em todo o mundo. Este processo chamado globalização materializa-se em uma nova configuração do sistema mundial sob o controle de poucos, acompanhada da crescente fragmentação da sociedade. Esse processo, porém, não se diferencia no espaço agrário brasileiro.

Palavras-chave: agronegócio, agricultura familiar, teoria da modernização, globalização.

Abstract: We seek to ponder over productive systems of Brazilian agrarian area: agribusiness and family farming. The reflection has as a guide the neoliberal model of agriculture, questioning whether agribusiness and family farming are synonyms or if they are different production systems. The restructuring of the world economy, the crisis of the international political system, the major ecological threats, as well as the emergence of new technologies of production and communication, cause deep changes in societies all over the world. This process called globalization materializes in a new configuration of the world system under the control of a few, together with the increasing fragmentation of the society. This process, however, does not differ in the Brazilian agrarian area.

Keywords: agribusiness, family farming, modernization theory, globalization.

Introdução

O atual cenário da questão agrária brasileira, baseado no modelo agrícola neoliberal, se desenvolve, por um lado, segundo os interesses de atores externos, ou seja, de fora das próprias regiões. Nesse caso, as sociedades regionais e a organização espacial estão submetidas a profundas transformações. Por outro lado, observa-se a expansão de atividades em parte não incorporadas aos circuitos econômicos globalizados, assim como a persistência de formas de sobrevivência, também baseadas em circuitos regionais. Assim, analisamos a questão agrária a partir de dois territórios distintos: o agronegócio e a agricultura familiar.

Segundo Welch e Fernandes (2008), o agronegócio “é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças”. O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de

desenvolvimento econômico controlado por corporações internacionais. É controlado pelo capital e tem dominado tecnologias e políticas agrícolas. Nesse sentido, pergunta-se: Qual é, então, o lugar da agricultura familiar na nova ordem da globalização, que é caracterizada por uma concentração de poder e de decisão, assim como por um redirecionamento dos fluxos econômicos? A agricultura familiar pode produzir no interior do agronegócio? De que forma? Buscando refletir sobre as questões no contexto agrário brasileiro atual, resgatando alguns conceitos importantes para contextualizar a temática aqui apresentada.

A Teoria da Modernização como norteadora do processo de modernização da agricultura

A Teoria da Modernização surgiu no pós - II Guerra Mundial tendo como um de seus pressupostos a afirmação de um modelo de desenvolvimento centrado na superação de aspectos tradicionais por modernos, aspectos não apenas produtivos, mas de comportamento social e político.

Essa Teoria norteou diversos países subdesenvolvidos, resultando em um desenvolvimento concentrado e dependente de técnicas advindas dos países centrais, em especial dos Estados Unidos, tido como sociedade modelo de desenvolvimento.

Não obstante, as premissas da Teoria da Modernização influenciaram a tecnificação do espaço rural, estabelecendo uma aproximação dos três setores da economia, tendo a agropecuária se estabelecido como grande mercado consumidor dos produtos advindos da indústria de maquinários e implementos agrícolas.

Nesse sentido, as sociedades, de forma geral, apresentam-se em distintos níveis de desenvolvimento, sendo historicamente classificadas em padrões em nível mundial a partir de um ou mais pressupostos. A Teoria da Modernização é clara em ambos os casos, considerando as sociedades como modernas ou não¹ e elencando essas tendo como princípios estruturais o próprio nível técnico, além da dimensão econômica².

Há diversos sentidos de se abordar a “modernidade”, desde por premissas mais gerais - que possuem uma conotação histórica e presume mudanças evolutivas de qualquer ordem -, perpassando por outras que trazem as transformações processuais da sociedade – como a industrialização, a democratização, enfim. Contudo, a ideia de modernização que a Teoria propõe, de acordo com Sztompka (1998), refere-se ao empenho que as sociedades tidas como atrasadas realizam para atingir o nível tecnológico e econômico das sociedades centrais.

¹ A classificação das sociedades em ‘moderna’ ou ‘não moderna’ apresenta-se de forma geral, pois há subdivisões que irão ser mencionadas e analisadas no decorrer do texto, porém estão intrinsecamente alicerçadas nessa divisão.

² Que resultam em diversas outras formas específicas que formam as sociedades, como política, comportamento, ordenamento social, cultura, enfim.

Essa conceituação de modernidade que a Teoria utiliza pode ser definida de três diferentes formas. A primeira é histórica, com conotação de ocidentalização e mecanização em direção a uma sociedade específica tida como modelo³. A definição de ordem relativística busca sustentação no processo, com emulação de características comportamentais e culturais ditas modernas, essas não apenas pela população em geral, mas pelo setor econômico e político por exemplo. Torna-se clara essa característica pelas decisões e encaminhamentos tomados por esses setores⁴. E por fim a conceituação analítica. Essa delineia uma sociedade com pressupostos modernos entranhados em suas atitudes e relações de forma intencional nas sociedades atrasadas, tanto em aspectos estruturais, quanto nos psicológicos.

A origem da Teoria da Modernização, segundo Sztompka (1998), remonta o período do pós-Segunda Guerra Mundial em que o mundo estava dividido em três interdependentes grupos de países: o primeiro mundo, formado pelos países capitalistas centrais; o segundo mundo, contemplado pelas sociedades socialistas; e o terceiro mundo, constituído por países que se encontravam no período pós-colonial e pré-industrial. Seu surgimento marca a última das Teorias⁵ com orientação evolucionista e buscava, por intermédio de modelos teóricos, explicar o movimento das sociedades periféricas em busca de patamares superiores.

Para realizar tal explicação alguns pressupostos eram tidos como principais características explicativas⁶, entre estes estão: a) mudanças unilaterais, em que as sociedades menos desenvolvidas devem seguir os passos das centrais, perpassando os estágios até a modernização em um caminho uno para o desenvolvimento; b) as mudanças são irreversíveis e assinalam para o caminho da modernidade; c) essas mudanças ocorrem de forma gradual e pacífica; d) respeitam uma sequência regular de estágios, os quais são superados pontualmente; e) a modernização leva ao progresso social e da condição humana; f) o avanço para a modernização ocorre de forma vertical, ou seja, 'de cima para baixo', por elites políticas que sofrem pressão externa à sociedade a se modernizar; e g) deve ocorrer um seguimento fiel dos países pré-modernos perante as sociedades tidas como modernas – as sociedades-modelo.

Considerando os estágios para alcançar a modernização, à qual refere a Teoria, Rostow (1974) elenca e divide as sociedades, no que tange a seu desenvolvimento econômico, em cinco etapas/grupos.

O primeiro contempla as 'sociedades tradicionais', as quais têm sua expansão limitada, devido ao parco avanço técnico. Contudo, não é um conceito estático, pois há possibilidade de aumento produtivo, considerando claro um teto de produtividade *per capita*. Devido a essa limitação, muito do investido é na produção alimentícia, visto que essas sociedades têm pouca ou nenhuma relação

³ Esta definição deixa margem para o falso etnocentrismo.

⁴ A desconsideração do tradicional, a valorização do moderno e o privilégio a grandes investimentos exógenos são exemplos.

⁵ Juntamente com a Teoria da Convergência.

⁶ Estas características explicativas são alvo de forte crítica, as quais serão realizadas e discutidas no decorrer do texto.

com outras regiões, sendo autossuficientes e tendo o poder atrelado à propriedade da terra.

A etapa posterior o autor denomina de 'precondições para o arranco', ou seja, há um processo intenso de mudança para transição a uma etapa de plenas condições para atingir a modernidade, sendo que o mercado externo age nessas regiões incrementando o mercado. Para moldar-se e atender tais demandas, a educação dessas sociedades é voltada para tal propósito e responde às necessidades, de modo que se dissemina a proposição de que não apenas o aspecto econômico é dinamizado com a modernização.

A terceira etapa, chamada de 'arranco', contempla as sociedades que já superaram diversos obstáculos para obtenção do desenvolvimento, em especial o tecnológico – superação de obstáculos mencionada acima como característica explicativa da difusão da teoria descrita. Nesse ponto, mudanças na sociedade são marcantes, com forte incidência da perspectiva modernizadora na substituição do tradicional, como na agricultura, por exemplo, em que agropecuaristas aceitam tais técnicas. Outro exemplo é o investimento maciço na industrialização, tanto da iniciativa privada – nacional e internacional – quanto do poder público na construção de condições para tais indústrias.

A etapa seguinte é a 'marcha para a maturidade', com uma expansão da tecnologia, inicialmente na indústria que permitiu o 'arranco', para as demais atividades econômicas, onde a produção – de diversos setores – ultrapassa o crescimento demográfico. Além disso, há uma intensificação das relações internacionais de forma que a dependência dos menos desenvolvidos perante aos mais é intensificada.

Por fim, a última etapa é caracterizada pela 'era do consumo em massa' em que esse não está mais presente apenas nos produtos básicos, mas em artigos e em serviços duráveis são disseminados.

Essa modernidade, que foi e está sendo amplamente difundida nos países subdesenvolvidos - como será exposto a seguir, através de exemplos voltados à modernização da agricultura -, decorre de alguns fatores – os quais podem inclusive ser percebidos nas etapas mencionadas anteriormente:

- a) o pensamento evolucionista tradicional: afirma que a diferença estrutural é algo explicável por si mesmo, estando, por essa explicação, o objetivo das sociedades periféricas na descoberta de quais os obstáculos devem ser supridos para garantir o seu aparelhamento técnico, tarefa essa repassadas às elites políticas, as quais desconsideram qualquer movimento em direção ao fortalecimento de seus padrões tradicionais em prol da modernidade;
- b) o pensamento evolucionário: remete à reflexão darwiniana por intermédio do choque de sociedades – sobrevivência do mais forte -, uma vez que as sociedades modernas, segundo essa explicação para a difusão da teoria da modernização, possuem vantagem competitiva sobre as tradicionais. Sob esta explicação também está relacionado à influência que as sociedades modernas exercem sobre as tradicionais, concepção à qual as pessoas aderem francamente;
- c) a teoria da convergência: tem aproximação com o determinismo tecnológico, em que sociedades que possuem maior aprimoramento técnico

impõem suas formas de organização social, política, econômica, enfim⁷, causando superação das diferenças locais e implementação de uma uniformidade.

A partir da homogeneização proposta pela Teoria da Modernização, pode-se iniciar a apreciação sobre a modernização da agricultura e a influência da teoria nos objetivos e justificativas para implantação de tamanhas mudanças no espaço agrário.

A aproximação da agricultura x indústria, a formação do agronegócio e o papel do Estado

A inserção da modernidade técnica no meio rural, segundo Elesbão (2007), é iniciada na década de 1950 nos Estados Unidos e em meados da década seguinte no Brasil. Não por coincidência, esse é o mesmo período do surgimento da Teoria da Modernização. Essa foi utilizada para respaldar as ações que visavam a uma transformação no espaço rural por intermédio da superação de conhecimentos e de costumes tradicionais, por diferentes técnicas e meios de produção.

Este texto não tem a pretensão de realizar um resgate minucioso do processo de modernização da agricultura, porém algumas considerações conceituais devem ser traçadas para a compreensão de como a Teoria da Modernização a norteou.

A modernização da agricultura, de acordo com Brum (1985), consiste na modificação da base técnica utilizada no meio rural, quando ocorre a implementação intensiva de maquinários e insumos. Em suma, pode-se afirmar que é o processo de mecanização e tecnificação da lavoura.

Silva (1996) aborda a modernização como uma substituição da agricultura 'natural' por uma que utiliza insumos artificiais produzidos industrialmente. Assim como o autor citado, no decorrer do texto, se utilizará o termo modernização da agricultura para se referir ao processo de implementação de pressupostos industriais no meio rural, assim como suas implicações.

A aproximação entre cidade e campo, através da mecanização agrícola, apresenta-se como um processo forjado pelo esforço realizado do setor industrial em expandir seu mercado, transformando o meio rural em consumidor de seus produtos. Esse processo modifica a relação cidade/campo, pois, outrora, o meio urbano era consumidor dos produtos cultivados no espaço rural. A partir da mecanização da agricultura, há a inversão: o rural torna-se consumidor do urbano. Esse consumo não se refere apenas a técnicas, produtos, mas também ao comportamento, justamente numa emulação de características ditas modernas, como a Teoria afirma.

⁷ Inclusive e especialmente os meios e modos de produção, os quais são 'exportados' pelos países centrais para os periféricos de uma forma que se mantenha uma interdependência desequilibrada de exploração e submissão.

Nesse contexto, Silva (1996) questiona sobre como essa relação ocorre. Ao responder tal indagação, o autor nos apresenta um argumento que também é apresentado pela Teoria da Modernização: a superação do tradicional, que é sinônimo de atraso⁸, pelo moderno. Silva afirma haver uma destruição da economia vinculada à agricultura 'natural' e uma reconstrução dessa com a base no modo capitalista de produção.

Essa superação das técnicas tradicionais, e a implementação de métodos de produção exógenos, são costumadamente apresentados quando se refere a um programa que, segundo Brum (1985), tinha como objetivo uma maior produtividade no meio rural: a revolução verde. O programa teve como principais mudanças propostas as sementes modificadas geneticamente que poderiam ser adequadas a distintas condições de clima e solo, assim como ser resistentes a pragas. Além disso, o uso intensivo de fertilizantes e adubos químicos fazia parte do pacote tecnológico difundido pelo programa. Com esses avanços, a exportação de tal programa, que surgiu nos Estados Unidos⁹, com a finalidade de modernizar a agricultura e consolidar um mercado consumidor para os produtos advindos da indústria, foi questão de tempo.

Travestida como uma salvação para o atraso tecnológico e para a escassez de alimentos do mundo subdesenvolvido, como afirma Guimarães (1982), a Revolução Verde foi aderida por governos dos países em desenvolvimento visando a uma substituição da base produtiva tradicional por uma moderna - premissa que pode ser visualizada na Teoria da Modernização - que iria auferir maiores índices de produtividade.

De fato, diversos autores como Brum (1985) e Guimarães (1982) afirmam que houve um grande avanço nos níveis de produtividade a partir da mecanização e utilização de técnicas que a Revolução Verde propunha. Alimandro e Pinazza (1999) afirmam que, devido aos avanços tecnológicos na agricultura, a produtividade no mundo, pós-década de 1970, aumentou na ordem de 150%, ao comparar com os anos de 1950.

Contudo, no decorrer da implementação das mudanças propostas pela Revolução Verde, notou-se que o discurso da defesa alimentar e o avanço tecnológico para o mundo subdesenvolvido não passava de uma panaceia. Os interesses de grandes grupos econômicos em ampliar suas comercializações de máquinas e implementos agrícolas estavam por trás dos discursos generosos da Revolução Verde. Além disso, as repercussões sociais e econômicas causadas, pelo que Brum (1985) chama de Modernização Conservadora¹⁰, são diversas, como, por exemplo, a marginalização dos agricultores sem condições de ingressar no

⁸ Não por acaso, portanto, há uma disseminação de a concepção de atraso ser vinculado a agricultura, ao meio rural como um todo. Ver. Araújo (2008).

⁹ O programa surgiu nos EUA, porém não foi um programa de estado. O grande grupo econômico Rockefeller foi o implementador, inclusive patrocinando programas pilotos em países em desenvolvimento, como Brasil e México.

¹⁰ Modernização Conservadora, pois, poucos tiveram acesso às novas tecnologias, sendo os demais excluídos do processo e obrigados a gerir suas propriedades à margem do processo novo e hegemônico, ou então sucumbir e deixar de produzir.

sistema e a dependência econômica e tecnológica dos países subdesenvolvidos frente aos desenvolvidos exportadores das técnicas modernas empregadas.

Com as proposições da modernização da agricultura e da Revolução Verde, percebe-se uma forte conotação de mudança no espaço agrário de dois elementos que, nas premissas de Chesneaux (1995), também são alteradas: o tempo e o espaço. O autor, ao analisar as mudanças nos ritmos das relações e a onipresença possibilitada na modernidade, utiliza o exemplo do meio rural para explicação. Chesneaux (1995, p. 20) afirma que a “exploração rural perdeu ao mesmo tempo seu centro e sua estabilidade; ela se substitui no espaço e se renova no tempo, com o mesmo ritmo rápido das inovações técnicas e das probabilidades do mercado”. Ou seja, o espaço¹¹ é sucumbido – em determinados aspectos – pelas possibilidades de interconexões que os meios de comunicação proporcionam. O tempo também é abreviado pela técnica, não mais se respeita o tempo natural, mas esse é regido pelo mercado, o qual pretende em suma multiplicar lucros com determinada rapidez.

Essa transformação da perspectiva de tempo e de espaço causada pela modernização da agricultura é realizada essencialmente por um aspecto já mencionado: a aproximação da indústria e da agricultura, sendo que a indústria impõe seu ritmo de tempo e sua expectativa espacial sobre a agricultura. Giddens (1991) corrobora com o exposto, refletindo sobre o industrialismo caminhar junto à modernidade – no sentido aqui abordado de modernidade.

A aproximação da indústria com a agricultura causa uma relação de trocas entre os dois setores da economia. Nesse sentido, Mendes (2007) afirma haver uma relação sistêmica de comercialização na agricultura. Essa relação inicia antes mesmo da produção em si, com o fornecimento de sementes, insumos e máquinas, por exemplo, e termina somente após a produção, com os beneficiamentos e com o transporte dos produtos primários.

Silva (1996) aborda esta inter-relação, formada a partir da modernização da agricultura, como a verdadeira face escondida atrás do discurso de aumento da produtividade, já que, com o processo de modernização, se abriu espaço para a criação e o fortalecimento de indústrias de bens para a agricultura, que se tornou consumidora dos produtos advindos da indústria.

Justamente como afirma a Teoria da Modernização, ao vincular-se com a indústria, a agricultura nega, segundo o autor acima mencionado, os vínculos tradicionais e torna-se um elo de uma cadeia produtiva, sendo, nessa cadeia, o tempo e o espaço regidos pela dinâmica do mercado.

Essa modernização do espaço agrário, porém, não ocorre de forma homogênea. Alguns segmentos e produtos¹² são privilegiados, justamente os que podem, de acordo com a velocidade de produção exigida, auferir reprodução do

¹¹ No meio rural, com as novas tecnologias não mais foi necessário aumentar a fronteira agrícola para aumentar o produzido. No mesmo espaço podem-se ter colheitas superiores, como afirma Silva (1996).

¹² Produtos do tipo *commodities*, como soja, trigo e arroz. Além disso, a posse da terra é imprescindível, à medida que é necessário para acessar crédito para compra de máquinas e implementos.

capital de forma constante. Silva (1996) afirma que há um considerável grau de heterogeneidade na agricultura, pois nem todos os espaços apresentam condições financeiras – apesar dos esforços realizados – para modernizar-se, sendo o espaço agrário dividido entre os produtores que conseguem se inserir no processo de modernização e os que não conseguem.

Dessas relações, que extrapolam os limites da propriedade e da heterogeneidade que se instaura no espaço agrário, surge um conceito que resume toda a soma de procedimentos desenvolvendo antes, durante e depois da produção agropecuária e que se torna uma referência quando se aborda a modernização da agricultura. O termo em questão é o agronegócio, que, de acordo com Mendes (2007, p. 48), consiste na:

soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com base neles.

Ou seja, torna-se difícil, considerando o agronegócio um conjunto de relações que inclui não apenas a agricultura, mas também a indústria e os serviços, segregar a economia por três setores, visto que o agronegócio perpassa por todos esses.

Como anteriormente mencionado, não há como desconsiderar o incremento nos níveis de produtividade da agricultura após a sua modernização. Utilizando como exemplo o Brasil, Mendes (2007) aborda a importância do agronegócio afirmando que foi responsável por 30% do Produto Interno Bruto em 2005; 40% da receita de exportação, gerando importantes divisas comerciais; e responsável por alocar 37% da mão de obra ativa no país.

No entanto, algumas considerações sobre a problemática da formação de oligopólios no setor devem ser levadas em conta. Ao mesmo tempo em que destaca a importância do agronegócio, Mendes (2007) aborda a problemática da formação de oligopólios no setor, visto que são segmentos que movimentam altos valores. Assim, poucos têm poder sobre as grandes companhias que agem nos setores de produção e comercialização de máquinas e insumos agrícolas.

Nos pressupostos da Teoria da Modernização, uma das necessidades para implementação da modernização é expor os obstáculos que limitam o 'avanço da sociedade' e superá-los. Justamente esse papel foi relegado às elites políticas. A modernização da agricultura ingressou nos países subdesenvolvidos com o discurso da superação do atraso técnico de tais países para, assim, aumentar a produtividade no meio rural. Contudo, poucos agropecuaristas possuíam condições de adquirir as máquinas e implementos agrícolas, sendo necessário crédito financeiro. O Estado então subsidia, com políticas de crédito rural, a modernização da agricultura. Utilizando o exemplo brasileiro, Silva (1996) analisa a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965. Essa política subsidiou a modernização da agricultura de forma conservada. Silva (1996, p. 51) complementa afirmando que:

A política de crédito rural subsidiado não apenas permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma política monetário-financeira expansionista.

Brum (1985) afirma também ter havido um papel significativo do governo brasileiro para financiamento da Revolução Verde¹³ no país, garantindo acesso ao crédito para os produtores e assim aceleração da implementação do programa.

Esse elo com o capital financeiro, Silva (1996) relata ser de grande importância, de forma que é o verdadeiro causador da dependência da agricultura com a indústria, ou seja, não se torna dependente por intermédio das técnicas inovadoras, mas sim do sistema financeiro, pois através desse sistema o agricultor acessa as técnicas modernas e acaba por endividar-se, sendo necessário produzir para quitar os dividendos.

Com o papel ativo do Estado, financiando a modernização da agricultura, pode-se analisar outro pressuposto da Teoria da Modernização e como esse se manifesta no período em que as máquinas ingressam no espaço rural. A Teoria afirma que a modernização leva ao progresso social e da condição humana. Contudo diversos autores divergem da Teoria, visto que há uma simplificação da função do homem no trabalho. A esse são relegadas funções simples e repetitivas no manuseio das máquinas, de forma que qualquer pessoa tenha condições de realizar tais funções.

Marx e Engels (1987, p. 35) analisam a questão afirmando que “o trabalhador passou a ser um mero acessório da máquina, e dele só se exige a operação mais simples, mais rotineira e fácil de aprender”, ou seja, o trabalhador torna-se um apêndice da máquina, como denomina Silva (1996), realizando uma tarefa repetitiva que, quando se cansar de realizar, por motivos óbvios, haverá um grande contingente de trabalhadores necessitados e que terão condições de realizar tais funções.

Além dessa crítica, outras são mencionadas frente à Teoria da Modernização, as quais, também, podem ser percebidas na modernização da agricultura, devido a evidências empíricas (históricas) e por serem baseadas em pressupostos teóricos insustentáveis, como afirma Sztompka (1998).

Entre as diversas críticas, destacam-se as seguintes: a) empíricas: permitem perceber que os esforços para a modernização, dificilmente levavam aos resultados esperados e pior, agravavam os problemas sociais e sem superar o tradicional, mas o reafirmando. Na agricultura pode-se notar claramente essa crítica, pois ela também é realizada por diversos autores¹⁴ que estudam a evolução do espaço rural; e b) teóricas: consideram equivocadas a opção entre modernidade e tradicional, já que reafirmam os benefícios do tradicional. Na agropecuária essa

¹³ Idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio de melhorias genéticas em sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo.

¹⁴ Ver Oliveira (1991), Almeida e Navarro (1998) e Abramovay (1992), entre outros.

afirmação torna-se verdadeira se for analisada a reafirmação do papel da agricultura familiar, que possui inegável importância.

Das críticas realizadas à Teoria da Modernização, e que são visualizadas também na modernização da agricultura, pode-se considerar que a Teoria não apenas deu respaldo teórico para as ações dos grandes grupos econômicos e do Estado – financiador -, como norteou o processo de transformação da agricultura. Não há como desconsiderar os grandes avanços propiciados por essas mudanças técnicas no meio rural, porém deve-se pontuar os efeitos negativos desta política de desenvolvimento agrário que exclui do processo grande parte dos agricultores familiares, os quais são marginalizados do processo.

Agricultura familiar e agronegócio

Segundo Abramovay (1992), o dinamismo técnico, a capacidade de inovação e a completa integração aos mercados são características importantes para a definição de agricultura familiar. Ainda segundo o autor, nos países desenvolvidos, onde o capitalismo teria atingido um grau de desenvolvimento superior ao dos países subdesenvolvidos, o próprio sistema aniquilaria o campesinato e teria como principal base social de desenvolvimento o agricultor familiar. A “metamorfose” de camponeses em agricultores familiares ocorreria no interior deste capitalismo com um grau superior de desenvolvimento e com forte intervenção do Estado na estruturação dos mercados nacionais. Abramovay demonstra a importância da produção agropecuária com base no trabalho familiar nos Estados Unidos e no oeste europeu. O autor reconhece o papel indispensável que o Estado desempenhou nos países desenvolvidos para que os agricultores familiares atingissem tal capacidade produtiva. Não é o mercado o elemento decisivo para este desempenho, mas sim o Estado: o mercado está longe de ser o fator decisivo de alocação dos recursos produtivos na sociedade.

Cabe ressaltar que deveria também competir ao Estado, assim como nos países desenvolvidos, o papel de proteger os agricultores familiares através de subsídios para a garantia de competitividade ao atendimento das regras impostas pelo sistema capitalista: o agronegócio.

Não é por acaso que Oliveira (1991) chama o agronegócio no Brasil de ‘agronegócinho’, ou seja, não há por parte do Estado um protecionismo fabricado, assim como ocorre nos países desenvolvidos. A agricultura familiar fica a mercê de sua integração absoluta ou não ao mercado agrícola. No caso do Brasil, o Estado não paga pelo desenvolvimento deste sistema na agricultura. A questão aqui colocada é que o Brasil, assim como a maioria dos países subdesenvolvidos, não adota medidas de contenção dos impactos do sistema capitalista na agricultura familiar.

Em relação ao conceito de agricultura familiar e campesinato, concorda-se com Fernandes (2005) quando diz que a diferença entre agricultor familiar e camponês existe somente no plano teórico, pela adoção de um ou outro

paradigma. São formas diferentes de análise do desenvolvimento da agricultura. O autor (2005, p. 19) complementa afirmando que “Separar o camponês de agricultor familiar ou considerá-los um único sujeito em um processo de mudança é uma questão de método.” Nesse artigo optou-se por utilizar o conceito de agricultor familiar, o que nos permite o uso de camponês como sinônimo. Acredita-se que o importante a ser buscado é a explicação e a solução do fato que, segundo Ianni (2005, p. 139), “o trabalhador rural é o elo mais vulnerável, na cadeia do sistema produtivo que começa com sua força de trabalho e termina no mercado internacional”.

Nesse sentido, a título de ilustração, pretende-se trazer o exemplo da agricultura familiar do Sul do Brasil, a qual tem por excelência a produção de tabaco. Pergunta-se: este agricultor familiar, produtor de tabaco, está inserido no agronegócio? De que forma? Para refletir sobre as questões postas, far-se-á uma breve descrição do processo de produção do tabaco e a condição do agricultor familiar.

O Brasil desde 1993 ocupa lugar de destaque no comércio internacional de tabaco, sendo o maior exportador do mundo e o segundo quanto à produção, atrás apenas da China, FAO (2012). Apesar do destaque brasileiro, a produção mundial de fumo vem caindo com o passar dos anos, cerca de 15% de 1996 a 2010. Esse declínio é atribuído a diversos fatores como campanhas antitabagistas, razões tecnológicas, estruturais e políticas em países da Ásia e África, além do limite nos subsídios em países da Europa e retiradas de apoio creditício nos Estados Unidos, além, recentemente, da Convenção-Quadro para o controle do Tabaco, tratado que, de certa maneira, determina as demais políticas.

No cenário nacional, a produção de tabaco é, em sua maioria, desenvolvida por agricultores familiares que adotaram esta cultura, principalmente por ela não necessitar de um longo prazo de maturação, não exigir mecanização e ainda demandar apenas uma fração de terras da propriedade. Além disso, de acordo com Franchini e Mota (2005), a fronteira agrícola brasileira do fumo encontra-se, em grande parte, nas regiões de topografia acidentada, onde a mecanização é impraticável, dificultando a difusão de outras culturas de forma abrangente. Aliado a isso, a cultura do tabaco utiliza intensiva mão de obra e é importante fonte de receita tributária, via impostos.

A produção de tabaco no Brasil ainda confere a continuidade do desenvolvimento de uma agricultura familiar baseada nos princípios formatados pela “Revolução Verde”. O processo de produção do tabaco – do plantio, industrialização e comercialização – é controlado pelas empresas multinacionais. Decisivamente as corporações multinacionais têm um grande impacto na estrutura regional.

O controle pelas corporações multinacionais é intenso e crescente. A produção de novas técnicas e organismos é dominada por essas corporações. Isso faz com que os agricultores se tornem dependentes de sementes geneticamente modificadas e insumos fornecidos por um pequeno número de grandes corporações. A cadeia estabelecida pelas grandes corporações inclui ainda a

compra da produção, a transformação e a venda, o que configura total controle de todas as etapas do processo, segundo Buckland (2006).

Dessa forma, conclui-se que os agricultores familiares podem participar da produção no sistema do agronegócio (produzindo os mesmos produtos dominados pelo sistema, no exemplo em questão – o tabaco), porém não estão inseridos nele, ou seja, eles participam de forma subordinada. Ao produzir no interior do sistema do agronegócio, o agricultor não tem o controle do processo; quem controla é o sistema do agronegócio. Essa condição de subordinação se caracteriza pela dependência em relação ao sistema, na escolha do que produzir, como produzir, para quem e quando comercializar a produção. Por fim, agricultura familiar e agronegócio são sistemas diferenciados; no entanto, são componentes de um mesmo território, pois ambos atuam no rural brasileiro.

Considerações Finais

A Teoria da Modernização corrobora a implementação da modernização da agricultura. Propiciou aporte teórico para o discurso que era pregado, afirmando que, por intermédio da modernização, não apenas as condições econômicas das sociedades seriam ampliadas, mas também uma melhor posição social e de uma melhor condição humana se usufruiria.

As premissas da Teoria foram ao encontro da proposta de modernização que a indústria pretendia para a agricultura, buscando mercado para seus produtos com o discurso de possibilitar aos países subdesenvolvidos a técnica necessária para maiores índices de produtividade. De fato, como foi analisada, essa mecanização trouxe uma maior produção no meio rural. Contudo, não se pode desconsiderar os problemas que programas de modernização da agricultura, como a Revolução Verde, causaram à sociedade, como a segregação entre os produtores que tiveram condições para ingressar no sistema e os que não ingressaram.

Da aproximação agricultura/indústria, formou-se um segmento produtivo que abrange os três setores da economia, o agronegócio, o qual adere à lógica da modernização e insere no campo, pressupostos industriais. Esse segmento tem grande representatividade econômica no mundo; porém, não pode ser tido como única forma de desenvolvimento rural que a teoria da modernização propõe, já que outros sistemas de produção são tão importantes quanto o agronegócio – agricultura familiar -, materializando, entretanto, outros resultados.

Dessa forma, nota-se que a modernização da agricultura teve diversas influências da Teoria da Modernização. Resultou em efeitos positivos e negativos, que não devem ser desconsiderados quando se analisa o desenvolvimento no meio rural. Um agente importante, e que não foi apenas passivo no processo de modernização, mas financiou a obtenção de maquinários e implementos agrícolas pelos produtores, foi o Estado. Esse se apresenta como um grande responsável pelas mazelas que ocorrem no meio rural, muitas destas, produto da modernização da agricultura. Porém, não há uma acuidade do aparelho estatal junto aos

produtores e aos espaços que não são contemplados pela modernização, onde poderia se produzir por intermédio de outros sistemas de produção – com o apoio técnico e financeiro do Estado - que se adequasse às culturas cultivadas, à estrutura fundiária e às condições fisiográficas.

No caso brasileiro, observa-se uma importância significativa nas exportações de tabaco. O Brasil é o maior exportador mundial do produto e o seu segundo maior produtor. A cadeia possui uma estrutura centrada em oligopólio de capital multinacional que dá suporte à eficiência das relações entre os elos, refletindo-se em termos de mercado externo. O agricultor familiar, mesmo inserido no processo de forma parcial, encontra-se subordinado e distante dos lucros do capital.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigma do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALIMANDRO, R.; PINAZZA, L. A. (orgs.). Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: Agronegócios no terceiro milênio. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Agribusiness, 1999.
- ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z.. Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- ARAÚJO. Massilon. Fundamentos de agronegócio. São Paulo: Atlas, 2008.
- BUCKLAND, M.; LANCASTER, L. R. Advances in discovery: the electronic cultural atlas initiative experience. First Monday, August 2006. Available in: <http://www.firstmonday.org/issues/issue11_8/buckland/index.html>. Available in: Accessed in: 2 November 2006.
- BRUM, Argemiro. Modernização da agricultura: trigo e soja. Ijuí: FIDENE, 1985.
- CHESNEAUX, Jean. Modernidade-Mundo. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ELESBÃO, Ivo. O espaço rural brasileiro em transformação. In - Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia. Vol. XLII - nº87 - p.47-65, 2007. Disponível em: www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2007-84/84_03.pdf - acesso em 09 de julho de 2011.
- FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Statistical databases. Disponível em: < <http://faostat.fao.org/>>. Acesso em: 12 de abril de 2012.
- FERNANDES, Bernardo. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005a
- FRANCHINI, A. A.; MOTA, M. M. O Comportamento da Cultura do Fumo no Brasil – Período (1980-2004). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto-SP. Anais do XLIII Congresso da SOBER, 2005. CD-ROM.

- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. A Crise Agrária. Rio de Janeiro: Guerra e Paz, 1982.
- HAYAMI Y. & RUTTAN V.W. Agricultural development: an international perspective. Baltimore, MD: Johns Hopkins Press, 1971, 367p.
- IANNI, Octavio. A formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980. v.2. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.127-146.
- MARX, K.; ENGELS, F.. Manifesto do Partido Comunista. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.
- MENDES, Judas Tadeu Grassi. Agronegócio: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- ROSTOW, Walt. Etapas do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- SILVA, José Graziano da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Instituto de economia, 1996.
- SZTOMPKA, Piotr. A sociologia da mudança social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- WELCH, C.; FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULILO, E. T. e FABRINI, J. E. (orgs.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.161-190.

Recebido em 27/01/2011.

Aprovado para publicação em 02/05/2012.

Sobre os autores:

Erica Karnopp

Doutora em Geografia pela Universität Tübingen – Alemanha. Docente do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul - Brasil.

Av. Independência, 2293 – Bairro Universitário – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil – CEP: 96815-900.

E-mail: erica@unisc.br

Victor da Silva Oliveira

Mestrando em Desenvolvimento Regional Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul - Brasil. Bolsista do CNPq.

Av. Independência, 2293 – Bairro Universitário – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil – CEP: 96815-900.

E-mail: victorsoliveira@hotmail.com